

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE REGULAÇÃO E CONTROLE SOCIAL DE PIRACICABA DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019

DATA E LOCAL: Aos 13 de novembro de 2019, as 17 horas, na sala de licitações do SEMAE, localizado na Rua XV de Novembro, nº 2.200, Bairro Alto, Piracicaba/SP.

CONVOCAÇÃO: A convocação para a reunião ordinária foi feita no Diário Oficial do Município de Piracicaba de 30/10/2019 e encaminhada por correio eletrônico, aos membros titulares e suplentes do Conselho.

PRESENÇA: A sessão pública foi realizada na presença das pessoas relacionadas na lista de presença anexa, que faz parte integrante da presente ata.

ORDEM DO DIA: Obras nas comunidades; obras e investimentos diversos do SEMAE; tarifa social; outros assuntos de interesse.

APRESENTAÇÕES E DISCUSSÕES: Aberta a palavra pelo Presidente do Conselho, Sr. José Rubens Françoso, foi verificada a existência do quorum de instalação; o Sr. Presidente iniciou a reunião apresentando informações sobre o Termo de Ajustamento de Conduta -TAC firmando com o Ministério Público do Estado de São Paulo, sobre a urbanização de quatro Comunidades da cidade: Portelinha, 3 Porquinhos, Parque dos Sabiás e Caiuby; informado que também foram realizadas ligações de água e esgoto, bem como obras da SEMOB e cadastramento das famílias pela EMDHAP, nas Comunidades Frederico e Pantanal, que não fazem parte do TAC; foram ressaltadas as dificuldades na realização das obras nesses locais, bem como do cadastro das famílias, tendo vista a rotatividade dos moradores; explicado que na Comunidade Portelinha as obras de esgoto foram parcialmente concluídas e as de água potável estão sendo realizadas, destacando-se que em alguns lugares o trabalho é realizado com picareta devido ao difícil acesso. O Sr. Presidente salientou que as Comunidades já tem água de forma clandestina e a urbanização é uma tentativa de regularizar a situação das famílias e mostrar a importância do pagamento pelo consumo da água, tendo em vista que toda essa água tratada que não é medida entra nos índices de perda; informado que foi implantado um sistema parecido com a medição de condomínios nas Comunidades Frederico e Pantanal, com um medidor principal na entrada dessas Comunidades para saber o quanto entra de água e o quanto é medido em cada residência, sendo possível calcular o total de perdas; informado que as obras nas Comunidades 3 Porquinhos, Caiuby, Parque dos Sabiás e Precisão serão as próximas a serem realizadas. A Sra. Marly Teresinha Pereira, representante da OSCIP Pira 21, destacou a importância da criação de programas de moradia para essas pessoas, pois esse ônus acaba refletindo em toda população, sendo que a forma como está sendo tratado esse assunto atualmente serve como estímulo para as pessoas continuarem invadindo áreas

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE REGULAÇÃO E CONTROLE SOCIAL DE PIRACICABA DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019

e se torna difícil de controlar. O Sr. Juan Antonio Moreno Sebastianes, representante do COMDEMA, ressaltou que a Empresa Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Piracicaba - EMDHAP foi criada para evitar as invasões de áreas na cidade, mas infelizmente não está funcionando. O Sr. José Otávio Machado Menten, representante da Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente - SEDEMA, destacou também que um dos problemas que se enfrenta atualmente é a invasão das Áreas de Preservação Permanente -APP, mas existem tentativas de evitar que isso ocorra, através da ocupação dessas áreas com o que for possível, como o plantio de árvores, por exemplo, ou da retirada das famílias rapidamente; destacou que o problema é a rapidez com que a invasão acontece, tornando mais difícil a retirada das famílias; afirmou que dentro do possível as invasões estão sendo coibidas. O Sr. Rafael Ciriaco de Camargo, representante da Secretaria Municipal de Obras- SEMOB, salientou que essas invasões são organizadas por liderança e com grande número de pessoas, mas o Ministério Público vem trabalhando junto com a Prefeitura para coibir, no entanto, sabe que não é uma tarefa fácil, pois com a crise financeira é mais difícil de segurar. A Sra. Marly informou que as denúncias devem ser realizadas na polícia estadual e nos casos relacionados aos programas do governo federal, na polícia federal, como exemplo a Associação de Agricultores Familiares ARCA do bairro rural Monte Branco, do programa de Crédito Fundiário do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, bem como, ressaltou que deveria ser criado um grupo de estudos para encontrar soluções para o problema. O Sr. Menten comentou que no novo projeto de Regularização Fundiária está sendo criado um grupo para abordar essa questão. O Sr. Juan lembrou sobre a questão dos loteamentos irregulares na área rural e o Sr. Menten acrescentou que a nova legislação é mais clara, regulamenta e vai coibir a ocupação irregular do solo, que é uma preocupação ambiental e social. A Sra. Marly informou que será lançado um programa de crédito fundiário que vai permitir que muitas pessoas formem associações e comprem na área rural para produzir; também, sugeriu que seja criado um grupo multidisciplinar para estudar as questões de invasão de área; foi proposto pelo Sr. Menten que a sugestão da Sra. Marly seja encaminhada à Prefeitura como proposta de melhoria para buscar a solução do problema. Após as discussões sobre o tema de invasão de áreas, o Sr. Presidente explicou sobre a nova tarifa social do SEMAE e apresentou o folheto de divulgação; explicou que o SEMAE sempre teve a tarifa social, mas era mais restritiva, e com a nova legislação, para a família ter direito a tarifa social deverá estar cadastrada no Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚnico), com renda mensal per capita por morador de até meio salário mínimo; informou que o cadastro começou dia 1º de novembro e até 12/11/19 foram cadastradas apenas 54 pessoas; explicou que as famílias enquadradas na tarifa social tem desconto de 50% do valor para consumo até 10 m³ e 25% de desconto para consumos entre 11 e 20 m³, bem como o cadastramento pode ser realizado em

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE REGULAÇÃO E CONTROLE SOCIAL DE PIRACICABA DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019

5 postos: no SEMAE, nos três polos de atendimento e no Poupatempo Municipal; informado que o SEMAE pretende fazer uma mobilização em áreas afastadas e nos condomínios de interesse social. Após apresentar a nova Tarifa Social, o Sr. Presidente explicou sobre as obras e investimentos que o SEMAE está realizando; informou que foi executada recentemente uma adutora de 2.650 metros de diâmetro 400mm, que liga o reservatório semienterrado que fica na antiga Mondelez, para levar água para a região dos bairros Dois Córregos e CECAP, através da estação elevatória da Rua Airtton Sena, que abastece toda aquela região; informou que serão construídas mais 6 adutoras, que os tubos já foram comprados no ano passado e que uma grande parte dos projetos já estão prontos e aguardam a licitação para execução; informou que será licitada a obra de melhoria da região da Paulicéia (Avenida Raposo Tavares com a Avenida São Paulo) e das adutoras para melhorar a vazão da região; ressaltou que as adutoras próximas da distribuição de água do Capim Fino também serão melhoradas, bem como as adutoras da Rua Monsenhor Manoel Francisco Rosa, local que possui muitos rompimentos de rede; informado que os projetos de melhoria na cidade estão previstos para serem concluídos até 2021. Questionado sobre o plano de combate às perdas o Sr. Presidente informou está sendo finalizada a setorização das rotas das macrorregiões, visando encontrar os vazamentos, para que seja possível verificar os trechos nos quais as redes deverão ser trocadas; explicou ainda que existem redes muito antigas que precisarão ser substituídas. O Sr. Rafael e o Sr. Juan destacaram que a troca dessas redes é muito importante para diminuir o índice de perdas; o Sr. Presidente esclareceu que o percentual de perdas diminuiu 3% e atualmente é de 47%, ressaltando que houve aumento da população e da produção de água; informou que sobre a falta de água o problema não é a falta de reservatório de água, pois atualmente existem mais de 106 na cidade, mas será resolvido com os projetos de obras das adutoras; ressaltou a importância dos reservatórios de água nas residências, escolas e outros, para que não haja prejuízos nos casos de rompimento de rede, pois normalmente o SEMAE consegue sanar o problema em até 24h. Após, o Sr. Presidente apresentou algumas informações relacionadas ao Ministério Público do Estado de São Paulo: 1) a representação sobre a Audiência Pública e sobre a reunião do Conselho de Regulação e Controle Social, realizadas no dia 08/03/2019, foi indeferida; 2) diversas representações sobre a falta de água na cidade foram arquivadas; 3) a representação do vereador Laércio Trevisan Jr sobre o questionamento do valor do reequilíbrio do contrato de PPP foi respondida ao Ministério Público, sendo explicado que o SEMAE pagaria a quantia de R\$ 14.445.514,41, válido para dezembro de 2018, valor que foi recomendado pelo Ministério Público em função da Taxa Interna de Retorno - TIR que Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas -FIPE apontou, no entanto, como a quantia será paga em dezembro de 2019, o valor atualizado apresentado pela FIPE passou a ser R\$16.876.934,90. Além disso, o Sr.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE REGULAÇÃO E CONTROLE SOCIAL DE PIRACICABA DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019

Presidente explicou que, referente ao relatório da Comissão de Estudos da Câmara, o SEMAE respondeu vários Requerimentos e remeteu todas as respostas ao Ministério Público; ressaltou ainda, que a empresa Águas do Mirante é uma Sociedade de Propósito Específico- SPE do grupo Equipav, conforme previsto na licitação, bem como todos os questionamentos do Tribunal de Contas estão sendo respondidos. O Sr. Juan questionou sobre a Águas do Mirante não estar realizando os cortes das ligações e o Sr. Fábio José Rodrigues de Arruda, representante da empresa, informou que são realizados de 2.500 a 3.000 cortes por mês e na próxima oportunidade irá trazer os dados; explicou que muitas vezes a demora é pela necessidade de acionar a polícia para realizar o corte em locais de risco. O Sr. Juan solicitou um relatório resumido sobre os assuntos abordados para compartilhar com órgão que representa (COMDEMA) e a Sra. Marly informou que também tem interesse de levar ao conhecimento da OSCIP Pira 21. Por fim, A Sra. Marly ressaltou a importância de que o Parecer Consolidado da Agência Reguladora ARES-PCJ, sobre o reajuste das tarifas de água e esgoto, seja apresentado com antecedência para análise e o Sr. Presidente ressaltou que o SEMAE já está enviando os dados solicitados pela Agência Reguladora.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, determinando que fosse lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada por todos os membros presentes.

José Rubens Françoso

Cátia Fernanda Moreira Vasca

Claudionor Siqueira de Lira

Fábio José Rodrigues de Arruda

José Otávio Machado Menten

Juan Antonio Moreno Sebastianes

Kildare Wagner Sabbadin

Marly Teresinha Pereira

Rafael Ciriaco de Camargo

Washington José Pereira Marciano